



ACÓRDÃO Nº 107/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10878/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Presidente Figueiredo.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Mário Roberto Caranha, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 180/2015-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl.162).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinações. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Mário Roberto Caranha**, responsável pela Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, no curso do exercício de 2013, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, III, 19, II e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Mário Roberto Caranha** no valor de **R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Mário Roberto Caranha**, no valor de **R\$ 556.884,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal, para a Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, em função das glosas



ACÓRDÃO Nº 107/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

especificadas no Laudo Técnico Conclusivo n. 11/2015-DICAMI, de fls. 759/881 e na Informação Conclusiva n. 669/2015-CI/DICAMI, de fls. 1051/1061; assim como, no Relatório Conclusiva n. 203/2014-DICOP de fls. 675/758 e Informação Conclusiva n. 309/2015-DICOP;

- 9.4. Determinar a Dicrex** - Cobranças Executivas - PGE, a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/2002-TCE;
- 9.5. Determinar à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo**, que ajuste seu quadro de pessoal proporcionalizando o número de servidores comissionados ao número de servidores de provimento efetivo, de acordo com os princípios da moralidade e da proporcionalidade, expressos no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988;
- 9.6. Recomendar à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo:**
- 9.6.1.** Que obedeça às regras da Resolução n. 03/2013-TCEAM (ART. 1º, § 4º, C/C o art. 2º) que estabelece normas a serem observadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios do Amazonas, sobre a adoção obrigatória do plano de contas, das demonstrações contábeis, orçamentárias, patrimoniais a que se referem as Portarias STN 406/2011, 828/2011, 231/2012, 437/2012 e 753/2012, e Portaria conjunta STN/SOF 02/2012;
- 9.6.2.** Que reveja seu modelo padrão de parecer jurídico, de modo a cumprir a previsão do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.
- 9.6.3.** A renovação da frota de veículos da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, sempre obedecendo aos ditames das licitações e contratos administrativos, em especial o princípio da isonomia;
- 9.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** a remessa de cópias das notas fiscais apenas aos autos à SEMEF (Secretaria Municipal de Finanças) do Município de Manaus, com fins de atestar a veracidade dos documentos fiscais digitalizados.

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Fevereiro de 2017.



ACÓRDÃO Nº 107/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral